JOSE DAS GRAÇAS RODRIGUES	04/01/2018	032350910213
MARIA APARECIDA DA SILVA	09/01/2018	053830440205
AUGUSTA PAULINA NUNES	01/12/2017	066635610264
GERALDA ALVES DUARTE	24/12/2017	016575240256
GERALDO EUGENIO SILVA	20/01/2018	064573690299
JOSE LAVES	22/01/2018	122404040213
ELIO ROLDAO DA SILVA	16/12/2017	063691110264
EDISSON DA SILVA	10/10/2017	032345640205

Faz saber, ainda, que, se decorrido o prazo legal sem manifestação de qualquer interessado, serão emitidos os correspondentes ASE 019 (Cancelamento - Falecimento), bem como o arquivamento destes autos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será publicado no prazo e na forma da lei.

Dado e passado nesta Cidade de Ipatinga/MG, aos vinte dias de março de 2018. Eu, Tania Rocha Pereira, Auxiliar de Cartorio, o subscrevi.

Josselma Lopes da Silva Lages, Juíza Eleitoral da 348ª Z.E.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

ATOS DA PROCURADORIA

PORTARIA

PORTARIA CONJUNTA PRE-MG E PGJ n. 01/2018

Regulamenta a atuação dos Promotores Eleitorais nas Eleições de 2018.

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM MINAS GERAIS E O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete aos Procuradores Regionais Eleitorais expedirem instruções aos órgãos do Ministério Público Eleitoral que oficiem perante os Juizes Eleitorais e os Juizes Eleitorais Auxiliares dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (art. 24, VIII, c/c 27, § 3º, do Código Eleitoral, c/c art. 77, da LC nº 75/93);

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 77 da LC nº 75/93, compete ao Procurador Regional Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, além de dirigir, no Estado, as atividades do setor;

CONSIDERANDO as Resoluções TSE nº 23.396/2013 (dispõe sobre a apuração dos crimes eleitorais), nº 23.547/2018 (dispõe sobre representações, reclamações e pedido de direito de resposta previsto na Lei 9.504/97), nº 23.551/2018 (dispõe sobre propaganda eleitoral e condutas ilícitas) e nº 23.548/2018 (dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Eleitoral, em geral, zelar pelo fiel cumprimento da Constituição e das leis eleitorais;

CONSIDERANDO que as eleições de 2018 são gerais, implicando na competência originária do Tribunal Regional Eleitoral para o conhecimento das controvérsias eleitorais, excetuadas as relativas à disputa presidencial;

CONSIDERANDO que os Promotores Eleitorais, por estarem lotados nas Zonas Eleitorais, possuem maior contato com a população, bem como com os acontecimentos locais, o que é essencial para a investigação de ilícitos eleitorais ocorridos no estado;

CONSIDERANDO os prazos exíguos para propositura de representações eleitorais pelas Procuradorias Regionais Eleitorais, bem como a necessidade de fiscalizar a campanha em todo o território do estado;

RESOLVEM:

Art. 1º. Todos os Promotores Eleitorais deverão atuar no processo eleitoral no ano de 2018, notadamente na fiscalização da propaganda eleitoral e demais infrações eleitorais.

§ 1º As investidas em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição (Resolução CNMP n.º 30/2008, art. 5º, caput).

§ 2º No período de noventa dias que antecedem o pleito até quinze dias após a diplomação dos eleitos fica vedada a fruição de férias ou licença voluntária dos Promotores Eleitorais (Resolução CNMP n.º 30/2008, art. 5º, §2º);

§ 3º Em situações excepcionais que levem à ausência temporária da Zona Eleitoral do Promotor Eleitoral Titular, desde que com anuência do Procurador Geral de Justiça e de Promotor Substituto indicado para atuar durante todo o período de afastamento do Promotor Titular, o Procurador Regional Eleitoral avaliará a conveniência de autorizar o afastamento, observada a necessidade do serviço, à luz da Resolução CNMP n.º 30, art. 5º, §2º.

§ 4º Nos casos do parágrafo anterior, o Procurador Regional Eleitoral deverá ser informado sobre o pedido de ausência temporária com o mínimo de 10 (dez) dias de antecedência do início do afastamento.

Art. 2º. Instituir regime de sobreaviso nas Promotorias Eleitorais, a partir de 15 de agosto até 19 de dezembro de 2018, em razão da peremptoriedade e continuidade dos prazos, que não se suspendem aos sábados, domingos e feriados (art. 16 da LC n.º 64/90 e art. 6º da Resolução TSE nº 23.547/2018).

§1º. Nos municípios com mais de uma Zona Eleitoral e nas Zonas Eleitorais contíguas, até o máximo de 4 (quatro), poderão os Promotores Eleitorais elaborar escala de rodízio para atendimento ao sobreaviso eleitoral, que deverá ser previamente informada aos respectivos Juizes Eleitorais, à Procuradoria Regional Eleitoral e à Procuradoria-Geral de Justiça.

§2º. Na data do pleito, fica instituído plantão nas Promotorias Eleitorais, a fim de possibilitar a fiscalização dos trabalhos de votação.

Art. 3º. O Procurador Regional Eleitoral e os Procuradores Regionais Eleitorais auxiliares, identificando deficiência de instrução em qualquer procedimento, poderão remetê-los aos promotores para realização de diligências.

Art. 4º. Caberá aos Promotores Eleitorais:

I- Atender os cidadãos e fornecer-lhes as orientações pertinentes;

II- Na data do pleito, atuar na fiscalização dos trabalhos de votação em todas as seções de votação contidas na Zona Eleitoral em que lotados;

III- Fiscalizar na respectiva Zona Eleitoral o cumprimento da legislação eleitoral e comunicar imediatamente ao Procurador Regional Eleitoral, a quem cabe a análise da medida judicial cabível, as notícias ou representações de ilicitudes eleitorais recebidas em sua área de atuação ou instauradas de ofício, relativas a:

a) abuso de poder econômico ou político;

b) condutas vedadas aos agentes públicos;

c) captação ilícita de sufrágio;

d) captação ou uso ilícito de recursos;

e) propaganda irregular, antecipada ou criminosa;

f) demais irregularidades eleitorais.

IV- Independentemente da imediata comunicação à Procuradoria Regional Eleitoral, proceder à colheita das provas de autoria e materialidade dos ilícitos eleitorais, sempre que as notícias ou representações arroladas no inciso anterior não vierem instruídas com os elementos necessários para a adoção da medida judicial cabível por parte do Procurador Regional Eleitoral, remetendo os elementos probatórios colhidos à Procuradoria Regional Eleitoral no menor prazo possível;

V- Intimar, desde logo, nos casos relativos à propaganda irregular, os candidatos beneficiados para que retirem a propaganda ou providenciem sua regularização, nos termos do parágrafo único do art. 40-B da Lei n.º. 9.504/97, remetendo-se, posteriormente, comunicação à Procuradoria Regional Eleitoral com a indicação e comprovação da irregularidade, bem como com o resultado da intimação efetuada;

VI- Provocar o poder de polícia do Juiz Eleitoral, sempre que for possível evitar ou fazer cessar a propaganda irregular ou a prática de atos viciosos das eleições (art. 35, Inciso XVII, do Código Eleitoral);

VII- Em caso de condutas passíveis de sanção, cientificar a Procuradoria Regional Eleitoral para as providências cabíveis, à luz do art. 37, § 2º da Resolução TSE nº 23.547/2018;

VIII- Quando oficiado pela Procuradoria Regional Eleitoral, nos termos do art. 3º, diligenciar conforme o requerido, podendo colher outras provas que julgar pertinentes para a instrução da investigação;

IX- Informar à Procuradoria Regional Eleitoral, em prazo útil, considerado o estabelecido pelo art. 3º, caput, da Lei Complementar nº 64/90, através de e-mail ou fac-símile, causas de inelegibilidade ou ausência de condições de elegibilidade de candidato de sua área de atuação

que sejam de seu conhecimento, para fins da proposição da Ação de Impugnação do Pedido de Registro de Candidatura.

Art. 5º. O exercício da função eleitoral, em especial em ano de eleições, tem precedência sobre as demais atribuições dos Promotores Eleitorais (art. 365 da Lei nº 4.737/1965 e art. 94 da Lei nº 9.504/97).

Art. 6º. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador Regional Eleitoral.

Art. 7º. Os efeitos desta Portaria passam a existir desde a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência da presente Portaria a Sra. Procuradora-Geral Eleitoral, ao Sr. Vice-Procurador-Geral Eleitoral, a Sra. Procuradora-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, aos Srs. Promotores Eleitorais e ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Publique-se no DJe-TRE/MG e no DMPF-e.

Belo Horizonte, 20 de março de 2018

ANGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

Procurador Regional Eleitoral

ANTÔNIO SÉRGIO TONET

Procurador-Geral de Justiça